

REF 2/2/09

VERTICE

Revista bimestral

Maio-Junho

1994

Preço: 1200\$00 (inclui IVA)

II Série

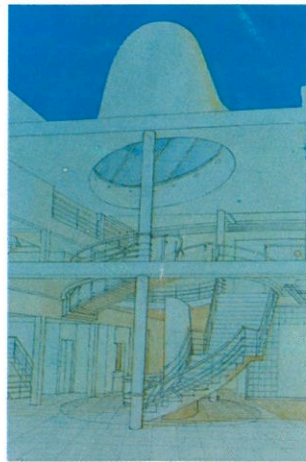
Intelectuais e Quadros

Textos de *Sérgio Ribeiro* ▼ *A. Anselmo Anibal* ▼ *Fernando Marques* ▼ *Carlos Coimbra* ▼ *Marcos Olímpio Gomes dos Santos* ▼ *Agostinho Santos Silva* ▼ *Rui Namorado Rosa* ▼ *Francisco da Silva*

Alguns Perfis

Textos de *Dina Canço e Madalena Barbosa* ▼ *Zilda Gama Carvalho* ▼ *Paulo Sucena* ▼ *Mário Jorge* ▼ *Luís Garcia* ▼ *Idalina Conde*

A condição intelectual em Portugal hoje

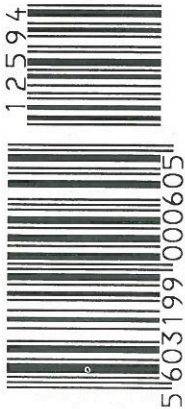


Inquérito

Texto de *Paulo Granjo*

Intelectuais Ideologia e Cultura

Textos de *José Mattoso* ▼ *João Caraça* ▼ *José Salvado Sampaio* ▼ *João Martins Pereira* ▼ *Armando Castro* ▼ *E. M. de Melo e Castro* ▼ *Helder Coelho* ▼ *Rafael Godinho* ▼ *Carlos Aboim Inglez* ▼ *José-Augusto França* ▼ *José Barata-Moura*



60



LISBOA 94

CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA

O intelectual nas sociedades modernas

1. Na sua evolução histórica, as sociedades geram e eliminam funções, conforme o vão impondo necessidades e interesses das forças sociais em presença, tantas vezes mediatizados, eles próprios, por factores supostamente neutros, como o desenvolvimento das técnicas ou a difusão dos conhecimentos.

Na verdade, em muitos casos, isso é apenas aparente: o que muda, porventura radicalmente, é a forma de desempenhar uma função que, no essencial, permanece inalterada. Noutros ainda, como é bem conhecido, muda-se apenas o nome, numa ilusória tentativa de redourar uma função caída no descrédito ou na impopularidade, mas não na inutilidade. Enfim, há também exemplos em que, por persistentes particularismos, ou então por simples inércia, uma função se mantém muito para além do socialmente justificável, seja qual for o critério. Como pode suceder que funções desaparecidas venham mais tarde, séculos depois até, a ressurgir: não foram os Estados modernos buscar inspiração e modelo ao direito romano, por exigirem funções que o ordenamento jurídico de raiz medieval não contemplava?

2. Neste texto tentarei interrogar-me sobre a «função intelectual» nas sociedades de hoje. Em rigor, interessar-me-ei pela função do intelectual, não pela dos diversos «trabalhadores intelectuais», enquanto tais, sejam eles cientistas, escritores, artistas, filósofos, sociólogos ou outros «agentes culturais», que estudam ou exprimem, cada um na sua esfera própria, a sociedade em que vivem.

Falo, pois, dos que, muitas vezes apoiados nos trabalhos destes, muitas também coincidindo com eles individualmente, quase sempre chamando a si saberes diversos, *pensam alto* essa mesma sociedade, intervêm, tomam posições públicas, influenciam (e *querem* influenciar) os comportamentos e atitudes dos seus contemporâneos. Numa palavra, os agentes do que se convencionou chamar o «debate de ideias».

Os primeiros, de algum modo, *enunciam* a sociedade, os intelectuais *pronunciam-se* sobre ela, à luz de uma «visão do mundo» que os leva a levantar questões,

propor interpretações, dar pistas para a reflexão, logo para a acção. Apenas um exemplo: Zola *retrata* a sociedade francesa na sua obra literária, questiona-a (funcionando aí como intelectual) no «J'accuse!».

3. Nas sociedades ocidentais (passe o primarismo, deliberadamente vago, da expressão), os intelectuais foram protagonistas permanentes dos grandes debates que marcaram a história política deste século, para não ir mais atrás, mas também a evolução das artes, da literatura, das ciências, da filosofia.

É óbvio que tal intervenção crítica, quase sempre perturbadora dos espíritos acomodados, desafiando os «senso comuns», determinou uma relação dos intelectuais com os poderes estabelecidos (com as instituições, de um modo geral) variável entre a tensão e o conflito aberto.

Nos Estados totalitários, de feição fascista ou estalinista, a sua função de *resistência* deu-lhes um estatuto inequívoco: o de «dissidentes», valendo-lhes, segundo os casos, a semiclandestinidadade, a prisão, o exílio ou a pura e simples eliminação. Já nos Estados «democráticos» aquele relacionamento foi naturalmente mais complexo, e nem sempre isento de ambiguidades. Legitimado o poder «pelas urnas» e assegurada a liberdade de expressão, a função dos intelectuais dificilmente poderia ser assumida (e percebida) como «de resistência», já que, em teoria pelo menos, ninguém os impedia de expôr as suas ideias e de se bater por elas. No entanto, o perfil-tipo do intelectual afastava-o quase visceralmente das instituições através das quais era canalizado o debate «democrático», isto é, «respeitável» porque situado dentro de limites tacitamente aceites, e até mesmo com frequência dos centros oficiais do saber que são as universidades.

Aos intelectuais ficava assim reservado um certo limbo, uma espécie de extraterritorialidade sociocultural, na verdade mais próxima da quarentena do que da marginalização. A sua força, ou o seu poder de influência, decorriam exclusivamente *da força e do poder das suas ideias*, da sua capacidade e talento para as tornar

estimulantes e atractivas, pelos meios sóbrios de que dispunham (livros, revistas, artigos, debates públicos, quase nunca o «espaço» contado ao minuto, e finalmente institucional também, de uma televisão que, de resto, pouco se interessava pela sua «conversa»).

Os estudantes ouviam deles palavras e análises que nunca a escola ou a universidade lhes ofereceram. Os cidadãos «bem-informados» (ou «mal-informados», talvez melhor) descobriam nos seus textos ângulos surpreendentes, e fecundos, de crítica social e política, que lhes permitiam ir mais longe na percepção de fenómenos de que, no entanto, eram agentes involuntários ou partes interessadas. As relações consigo próprio, com o outro, com o Mundo, adquiriam perspectivas inesperadas à leitura dos «novos filósofos» de então. *Sacudir (ou demonstrar) as ideias feitas* — talvez não haja melhor forma de definir a sua função. Embora à margem dos poderes ou em confronto com eles, ou por isso mesmo, a sociedade reconhecia a essa função a virtude de a tornar viva, inquieta, capaz de se desafiar a si mesma. Houve, aliás, quem chamasse aos intelectuais a «consciência crítica» do seu tempo.

Por isso o poder era forçado a tolerá-los. E também, cinicamente, porque, no fim de contas, contribuam como poucos para o «prestígio cultural» do país além-fronteiras. E talvez ainda, se é que os poderes se preocupam com o longo prazo, porque a sucessão das gerações tem mostrado como espíritos jovens tantas vezes revolucionários e apaixonados atingem um dia a «idade da razão», bastando esperar por eles na esquina da maturidade.

Dito isto, terá de ficar claro que muitos dos intelectuais marcantes deste século terão sido, bem mais do que *maîtres à penser*, expressão porventura infeliz, *maîtres à vivre*, se entendermos por viver a forma como nos situamos face aos outros, à sociedade, ao mundo que nos rodeia. Sabe-se disso quando morrem. Recordem-se, como meros exemplos, os depoimentos de Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo, a propósito de Mário Dionísio. Pela minha parte, confessei um dia que Sartre «me poupou o psicanalista e a militância partidária», o que não é dizer pouco.

4. Quando hoje se fala da morte das ideologias, da total inadequação do binómio esquerda/direita para dar conta dos fenómenos políticos e sociais (e das atitudes das pessoas face a eles), poucos se recordarão que datam de 1955 os textos que Daniel Bell reuniu em volume sob o título *O fim da ideologia*, expressão que fez fortuna desde então. E muito menos que aí se anunciava a reconciliação dos intelectuais com a sociedade. Cito dois passos, entre muitos possíveis: «Há hoje, no mundo ocidental, um certo consenso entre os intelectuais a respeito dos problemas políticos: a aceitação do Estado-Providência, a preferência pela descentralização do poder e pelo sistema de economia mista e de pluralismo político» e «no Ocidente, entre os intelectuais, as velhas paixões perderam o ímpeto». É preciso não ter lido uma linha de Bell para invocar hoje em seu nome a defesa de uma tese que ele fundamentou em erros tão eviden-

tes. De facto, e limitando-nos aos eventos políticos, estavam para vir ainda momentos tão fortes de debate ideológico e intelectual como as guerras da Argélia e do Vietname, a descolonização (em 1955 mal começara: é esse ano a Conferência de Bandung, convocada pela escassa meia dúzia de colónias já então independentes, como a Índia, o Paquistão e a Indonésia), o conflito sino-soviético, os tempestuosos anos 60 (com a questão cubana ao rubro e as imensas contestações de jovens, desde o movimento *hippy* ao ano quente de 1968), as sucessivas guerras israelo-árabes (1956, 1967 e 1973), ou mesmo o arranque da integração europeia. E estava para vir, muito depois de tudo isso, a rejeição das próprias «questões consensuais» de Bell por aqueles mesmos que irão triunfalmente retomar a tese da morte das ideologias: os ultra-liberais dos anos 80, que nem querem ouvir falar do Estado-Providência ou de sistemas de economia mista, isto é, que enterram as ideologias agora em nome de consensos opostos — o que, só por si, desacredita a própria tese.

É por essa altura, com efeito, que, dando alguma razão aos cínicos acima referidos, chegam à «idade da razão» os *baby boomers* (nascidos da paz reencontrada após 1945), que 20 anos antes andavam de flor no cabelo ou por barricadas europeias. E esse render de gerações coincide com a primeira crise importante dos sistemas ocidentais no pós-guerra, que os dois choques petrolíferos apenas vieram pôr em evidência.

Nos Estados Unidos, em queda de prestígio internacional — humilhação vietnamiana, dificuldades do dólar, nova humilhação com os reféns no Irão —, como na Inglaterra, em dolorosa digestão da saída de cena como potência dominante, surgem, pela mão desses convertidos, as soluções «prontas a servir»: pragmatismo, Estado-mínimo, «desregulamentação», privatizações, mercado e competição como reguladores únicos de todas as funções económicas e sociais. Como ideólogos de serviço, os velhos Popper e Hayeck, quase desenterrados para a ocasião, cujas teses básicas, feitas agora «novas bíblias», datam de há mais de 40 anos. A década de 80 será a de Reagan e Thatcher, e dos seus incontáveis discípulos.

Quando esses dois deixam a ribalta e se começa a avaliar o caos que deixaram atrás de si, e se descobre que, na viragem dos ciclos eleitorais, nenhum governo se submete à lógica do Estado-mínimo, a milagrosa «Queda do Muro» (a que já hoje tantos torcem o nariz...) acaba por conferir ao liberalismo o estatuto de mono-ideologia. A ideia de que o par «democracia — mercado livre» constitui o modelo *definitivo* (e tendencialmente *universal*) das sociedades ganha credibilidade: pois não era a isso que claramente aspiravam os países desiludidos com o «socialismo real»? A tese da «convergência dos sistemas», lançada por Burnham em 1941 e defendida ainda há poucos anos por alguns reputados académicos americanos, esfuma-se numa noite, para abrir espaço à do «fim da história», que dará fama e proveito a um medíocre candidato à herança de Bell.

Acresce que a mesma década de 80 confrontou os

intelectuais com o imenso fracasso da descolonização, que fora uma das suas grandes batalhas: as gigantescas dívidas externas do terceiro Mundo, a proliferação de regimes ditatoriais e corruptos (fosse qual fosse o lado da Guerra Fria em que se situavam), as fomes e as misérias sem fim — aí estavam a atestá-lo, e a confirmar os alertas de um René Dumont, logo em 1962, de que «L'Afrique noire est mal partie». Quem vai dar-se ao trabalho de averiguar de onde vieram as fabulosas fortunas pessoais a esses ditadores (e a miséria aos seus povos)? Dos dinheiros do Banco Mundial, dos créditos do FMI, das «ajudas» da CEE, do auxílio militar dos Estados Unidos, das multinacionais? Quem vai fazer o processo dos «modelos de desenvolvimento» impostos e inadequados, dos efeitos de um mercado mundial impiedoso, da formação das cotações mundiais de matérias-primas nas Bolsas de Londres e Nova Iorque, etc, etc.? O facto é que os intelectuais «ocidentais» ficam na defensiva, e o seu terceiro-mundismo é ridicularizado ao ponto de lhes atirarem à cara a falta de respeito pelos direitos humanos nesses países — suprema ironia, quando se conhece o carinho com que as «democracias» têm apoiado tantos Mobutus, generais latino-americanos ou emires do petróleo.

E chegamos assim às sociedades actuais, objecto da interrogação colocada de início, sem ver, devo confessar, como poderia ter evitado toda esta pequena história.

5. Contrariamente a Bell, outro pensador seu contemporâneo não se enganou: o Marcuse do «Homem unidimensional» e do «Eros e civilização». As sociedades que hoje conhecemos são como que uma versão hiper-realista daquela que motivou as suas reflexões. A ordem da uniformização das massas, a ordem do não-desejo, isto é, a da submissão aos valores inquestionáveis da «realidade» e da «utilidade» (esta entendida como dinheiro, sucesso, fama, etc.) — essa é a ordem do capitalismo triunfante dos nossos dias. Aquela que levou um filósofo francês (Paul-Laurent Assoun) a escrever, em 1987: «Os que clamam pela morte das ideologias estão dispostos a fazer do real normalizado [*normé* no original] essa ideologia perfeita que torna supérflua a referência do sujeito ao seu próprio desejo». A referência única (a unidimensão) é agora a «norma», a vergonha suprema o estar «fora da norma».

Não me vou dispersar, contudo, em considerações sobre as «sociedades ocidentais». A que tenho à mão e sobre a qual me importa reflectir é a sociedade portuguesa, que, não sendo original, apresenta a virtude de todas as caricaturas: diz, do modelo, o máximo possível em meia dúzia de traços carregados.

Sociedade típica «de imitação», eternamente a meio caminho, pendurada numa Europa que sempre lhe ficou distante, tradicional feudo inglês — económica e politicamente — e francês culturalmente, a geografia e a dimensão, talvez mais do que outras coisas, travaram-lhe o desenvolvimento, mas ter-lhe-ão poupado o subdesenvolvimento de tipo terceiro-mundista. Todos os ventos políticos e económicos (como os das artes e letras, e

mesmo os das ciências e técnicas) lhe foram chegando, sempre tardiamente, mas ainda assim antecipando-se à realidade social, donde os cíclicos anátemas contra os «estrangeirados» das sucessivas gerações.

Os intelectuais foram aqui, como em todas as periferias culturais, divulgadores e adaptadores inteligentes, muitas vezes talentosos e criativos, das ideias produzidas nos grandes centros europeus do pensamento e da investigação. Mais recentemente, nos 50 anos de ditadura, chegaram-nos por essas mãos as exigências da razão, os calores da esperança e o exemplo de como se pode ser livre sob a opressão e a censura.

Entre Abril de 1974 e Novembro de 1975, vamos ver muitos deles convictos (por vezes complexados) militantes «ao lado do povo», ou suspeitos de «elitismo burguês», ou então quase silenciados perante o súbito emergir de novas «cabeças iluminadas», justamente de onde menos esperaríamos: os militares. Fosse como fosse, o tempo era sobretudo de acção, e talvez pressentissem já que não ia durar muito: a razão também prega destas partidas. Mas alguns ainda hoje acham que essa experiência única os enriqueceu, e não lamentam, longe disso, tê-la vivido.

Desde então, foi o retomar pelos novos poderes da perseguição secular, sempre fracassada, dos «padrões de desenvolvimento» dos países mais avançados. Quando, às portas de Bruxelas, Soares (então primeiro-ministro) se interroga «se a Europa não nos acolhe, que posso eu oferecer aos Portugueses?», é a ausência de alternativa que proclama, a nova árvore das patacas que aponta e promete. Esquerda e direita (partidárias) prepararam-se para gerir em alternância esse programa: os ventos do ultra-liberalismo, que entretanto cá aportavam, eram propícios ao projecto, tendiam a esbater as diferenças, a «recentrar» a política, a «desideologizar» a economia (à espera que ignotos empresários, supostamente adormecidos por um proteccionismo demolidor, enfim «agarrassem o futuro» com unhas e dentes).

Instalou-se entre nós o utilitarismo mais tosco e primário, a tal caricatura provinciana das democracias bem instaladas. Um Soares «desideologizado» e pragmático não consegue sequer fingir que tolera os intelectuais, cujas «teorias» não ajudam a «resolver os problemas». O facto é que a «classe intelectual» (em sentido lato) num reflexo desajeitado de independência e de apartidarismo, se virara para Eanes (o que faz também parte da caricatura).

Apenas um episódio, de resto. Porque a questão de fundo era bem mais grave, como o demonstraram os tempos que se seguiram.

Com efeito, e tal como já vinha sucedendo lá fora, o essencial é que o «debate de ideias», se assim se lhe pode chamar, se foi esvaziando aos poucos, e passou a situar-se por inteiro no *interior* da ideologia liberal (versão CEE), suposta consensual e indiscutível. Instalou-se o totalitarismo ideológico, não por métodos coercivos, mas pela «força» da ideologia do sucesso e da competição, alimentada por uma comunicação social em geral comodista e desatenta, ou mercantilizada, quando não simplesmente nas mãos do poder. Ao «como utilizar a

razão?», «como interpretar, analisar?», «como imaginar outras coisas, como viver de outra maneira?» substituiu-se o «como fazer?» (para conseguir um lugar ou um subsídio, para fazer carreira, para entrar na universidade, para esmagar o vizinho na competição de todos os dias). Em Portugal, tal dispositivo ideológico foi obviamente potenciado pela chegada abundante dos dinheiros comunitários, logo por aquilo a que deverá chamar-se a «corrupção generalizada» da sociedade no seu todo, ou seja, a domesticação pelo Estado da tão vangloriada (em palavras) sociedade civil.

Boa parte da dita «classe intelectual» dividiu-se paulatinamente entre Belém (agora centro de irradiação cultural) e S. Bento (centro das atribuições de subsídios). A função crítica dos intelectuais deixou de ter qualquer eco. Adoram-se as irreverências e os *cartoons* em jornais de prestígio, esgrimem-se «questões de método» e «pontos percentuais», soltam-se impropérios na Assembleia — a democracia «está viva». A «participação» dos cidadãos é diariamente reclamada via telefone para os múltiplos programas «interactivos» de rádio e TV, ou mesmo fisicamente para concursos recheados de prémios e para plateias ululantes de *shows* ou debates televisivos — a democracia «está viva». E para o voto ritual de tempos a tempos, é claro.

De resto, as escolhas individuais tendem cada vez mais a ser feitas, como num computador, por menús pré-elaborados por *alguém*: listas de candidatos, canais e programas de televisão, os livros publicitados (pelo editor ou pelos críticos), os filmes com mais estrelas, as actividades mais facilmente subsidiáveis, etc. Em todos os campos da vida social, as pessoas são desencorajadas de formular alternativas próprias.

A crónica política na imprensa escrita é ainda o que mais se aparenta com a antiga intervenção do intelectual, mas um abismo separa as duas coisas: aquela tem por função «formar opinião», não vai geralmente além do quotidiano, do aspecto de pormenor, do suplemento de informação que fixa e completa a precaridade da notícia. Poderá talvez ter efeito nos resultados das sondagens, esse barómetro indispensável das sociedades modernas, no que têm de mais imediatista e superficial. Comentam-se os acontecimentos políticos — não se discute a *política*. Comentam-se indicadores económicos — não se discute a *economia* ou o *sistema económico*. Comentam-se *faits-divers* — não se questiona a *vida* que «nos escolheram».

Tornou-se consensual (como quase tudo) que ninguém aguenta «ideias» mais do que uma página de jornal, uns minutos de rádio, e mais alguns na televisão desde que distribuídas por muita gente, de preferência falando ao mesmo tempo e com a câmara sempre em movimento, para distrair os espectadores. É preciso não dar espaço, nem tempo, nem matéria, para reflectir ou aprofundar o que foi escrito ou dito. Amanhã virão mais «ideias», que farão esquecer as de hoje, porque o espectáculo — pois é disso que se trata — tem de continuar.

Ao chegarem ao mercado, as ideias diluem-se na vagem das notícias, dos comentários, das «análises».

Dizia Domenach, da França de 1984: «Críticos, analistas, críticos dos analistas, analistas dos críticos: a nossa cultura devora-se a si própria por uma espécie de *champignonnage* infinitamente proliferante». As ideias são, segundo ele, «cuidadosamente desossadas, por forma a que seja possível lê-las sem se ser obrigado a tomar partido, sem mesmo se sentir implicado.» Mas essa autodevoração é apenas a de qualquer mercado, onde cada vez são mais os produtos a consumir e menor a sua duração, cada vez mais as empresas e menos os que nelas trabalham, cada vez mais os livros editados e menos os que os lêem, cada vez mais as estradas e os automóveis e menor a sua utilidade (que devia ser a de nos fazer chegar ao destino com rapidez e segurança). O produto-padrão dos mercados modernos é o de «usar e deitar fora» — como as ideias. O seu valor, de um e de outras, tende para zero.

Sociedade do «diálogo», do «consenso», da «minimização dos conflitos», do nivelamento pelo hipermercado e pela televisão-igual-para-todos (que o mesmo é dizer pelos interesses soberanos da publicidade e das «audiências»): é este o modelo da sociedade ideal e *definitiva*, em qualquer latitude. Unidimensional e massificada.

6. Falam alguns de «demissão dos intelectuais». Outros de «desmobilização». Entre estes, o já citado Domenach, que no entanto reconhece que «a situação é difícil para os que merecem a designação de pensadores. Ou se entregam aos caprichos do mercado, onde se arriscam a desempenhar cada vez mais o papel de bobos [lembram-se do que fez a nossa TV com o velho Agostinho da Silva?]; ou recuam para a segurança do ofício de professor ou investigador, e arriscam-se a ficar confinados na sombra de especialidades mal conhecidas do público».

Pela minha parte, julgo que se o mercado livre é uma «mão invisível», a ditadura do mercado é uma ditadura invisível, cujo expansionismo invisível (conquistam-se novos mercados, não territórios, alargam-se espaços económicos, não áreas físicas) não admite «extra-territorialidades», e cujo autoritarismo invisível (a «democracia») não admite provocações. Ora são esses, como vimos, o lugar e a «profissão» dos intelectuais.

A função tradicional dos intelectuais deixou, a meu ver, de ser socialmente reconhecida. A sociedade deixou de lhes atribuir utilidade. Os poderes já não precisam de os tolerar. Ou os «compram» para funções de conselho ou propaganda, deixando eles de merecer a designação de «pensadores». Ou os silenciam, bastando para isso adormecer-lhes o público, seduzido pela vertigem do consumo, da competição, do sucesso — e dos subsídios — ou esgotado pelo ritmo frenético do quotidiano.

O que não significa que a «espécie» se tenha extinguido (embora Portugal se conte por certo entre os países onde, em termos relativos, mais rareia). Circunscritos, com raríssimas excepções, a publicações e audiências de âmbito muito restrito, sobrevivem como excrescências um pouco exóticas, entre os parêntesis

impostos por uma época em transição ninguém sabe para quê.

O facto é que a desordem do mundo actual coloca questões fundamentais que a simples combinação de democracia-mercado será impotente para resolver: o desemprego maciço, os conflitos raciais e étnicos, a situação de catástrofe dos países do terceiro Mundo, o descalabro russo, a destruição do ambiente, entre outras. Tudo isso anuncia urgências de debate e de intervenção que se acomodarão mal com os consensos e as

meias-águas que imperam hoje. Não será de estranhar se aos intelectuais vier de novo a estar reservada, talvez mais cedo do que se pensa, uma função imprescindível. Que alternativas? Que caminhos? Que *verdadeiros* desafios? Que *ousadias necessárias* (de pensamento e de acção)?

Será então tempo de fechar o parêntese e retomar a jornada. ▼

31/01/1994

